

Debate do Movimento Escola Pública em Viseu

12-Abr-2008

Pais e professores querem maior investimento nas escolas e criação de equipas de apoio

A Escola Pública esteve ontem em destaque num debate que juntou pais e professores em Viseu. Que escola temos? Como é aquela que queremos projectar no futuro? O que é necessário alterar? Estas foram algumas das questões que estiveram ontem em análise no Solar dos Peixotos, em Viseu, a propósito do debate sobre "Escola Pública". Na iniciativa participaram a professora Graça Pinto, representante do Movimento com o mesmo nome, e a presidente da Federação Regional de Associações de Pais de Viseu, Maria José Viseu. Em comum, as duas intervenientes têm a ideia de que a temática da escola se reveste de grande actualidade, sendo necessário analisar os problemas e os desafios que a mesma enfrenta, na medida em que podem por em causa alguns dos valores que a caracterizam e que se apresentam como estruturantes. A igualdade de oportunidades e a democracia, nomeadamente ao nível da gestão, são alguns dos aspectos que Graça Pinto considera estarem em risco se se continuar a insistir em políticas desajustadas.

Como exemplo, dá a concentração de poderes no Conselho Executivo, que passa a nomear os coordenadores de departamento, até agora eleitos. Paralelamente, apontou ainda que o alargamento pedagógico vê as suas intervenções diminuídas, "o que poderá ter reflexos negativos na cooperação em equipa". Escolas públicas têm menos oportunidades. O desinvestimento em termos de recursos humanos e materiais, que se opõe ao aumento de responsabilidades e aos novos desafios colocadas às escolas, merece também críticas por parte da docente, assim como o novo modelo de avaliação dos professores que está a "destabilizar" os estabelecimentos de ensino numa altura em que os seus agentes deveriam estar concentrados em apoiar os alunos aos níveis pedagógico e educativo. "É muito pesado e burocrático", apontou, realçando que no Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira o processo foi suspenso, o que poderá acontecer noutras instituições. "As escolas dividem-se entre uma posição crítica e de expectativa", revelou, convicta de que em muitas não vai ser possível implementá-lo. A falta de infra-estruturas físicas, de auxiliares de acção educativa e de técnicos foi um dos problemas apontados por Maria José Viseu à escola pública, que na sua opinião se encontra num patamar inferior, em termos de valências e oportunidades, face ao serviço público de educação. Por isso, a responsável defendeu que é necessário definir o modelo que se quer para as escolas, nomeadamente no que diz respeito à vertente social e à sua função de ensinar e formar. A este nível, não esqueceu que o desafio passa por conseguir que os pais se consigam integrar na Europa e apresentar cidadãos competentes e competitivos, com destaque para a componente científica. Em contrapartida, lamentou que se esteja a apostar em políticas educativas que põem em causa a chamada escola pública. A diminuição da participação dos pais que, ao abrigo do novo estatuto do aluno, passam a ser "meramente informados" e deixam de ter quota de representação com a proposta do modelo de autonomia e gestão; é outro dos aspectos que criticou a propósito do que considera ser "um retrocesso". Ao nível distrital, a principal preocupação vai para o encerramento das escolas do 1.º ciclo que, para Maria José Viseu, potenciam a desertificação do interior e têm repercussões sociais ao nível do desenraizamento e da indisciplina. "Esta é consequência de uma série de medidas desajustadas", concluiu. Soluções apontadas. A questão da violência e da indisciplina, que tanto tem estado em destaque pelos piores motivos com a denúncia de casos específicos nas escolas, também não foi esquecida. A falta de apoios educativos nas salas para alunos com necessidades especiais, a criação de turmas "de primeira e segunda", a falta de auxiliares para acompanharem os estudantes nos intervalos e as condições físicas oferecidas por alguns estabelecimentos foram as principais queixas das intervenientes. Para colmatar a situação, e evitar que situações como aquelas que têm sido dadas a conhecer se repitam, a presidente da Federação sugeriu que seja feito um trabalho a montante e haver uma boa rede social. Sobre este ponto, a docente Graça Pinto defendeu a constituição de equipas pluridisciplinares, com assistentes sociais, professores e psicólogos, que, em cooperação com os centros de saúde, possam acompanhar as famílias em situações mais complicadas. Promover acções que dêem a conhecer a importância da escola e dos professores, a elaboração de turmas mais pequenas e a promoção de acções que debatam o estado da educação, também estão entre as ideias apontadas. É importante ouvir as pessoas que estão no terreno, o que pensam as associações de pais, as federações e a comunidade educativa e só depois passar-se para medidas nacionais", sustentou Maria José Viseu, que tem uma filha no 11.º ano, e se prepara para realizar pela primeira vez exames nacionais, e um rapaz a frequentar o 8.º ano.